



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA

ACÓRDÃO

APELAÇÃO N.º 0005450-92.2010.815.2001.

ORIGEM: 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

RELATOR: Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

APELANTE: Izaura Gonçalves de Lira.

ADVOGADO: Carla Emily Gregório Dantas.

APELADO: PBPREV – Paraíba Previdência.

ADVOGADO: Kyscia Mary Guimarães Di Lorenzo.

EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA – GAJ. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. IRRESIGNAÇÃO. LEGITIMIDADE DO ENTE ESTATAL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DE DEMANDA QUE OBJETIVA A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. SÚMULA Nº 49, DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MÉRITO. PERÍODO ANTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 8.923/2009. NATUREZA *PROPTER LABOREM*. VERBA NÃO INCORPORADA AOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA. DESCONTO INDEVIDO. PERÍODO POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI. CARÁTER VENCIMENTAL. DESCONTO DEVIDO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECOLHIDOS ANTES DA NOVA LEI. POSSIBILIDADE. REFORMA DA SENTENÇA. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. “O Estado da Paraíba e os Municípios, conforme o caso, têm legitimidade passiva exclusiva quanto à obrigação de não fazer de abstenção de futuros descontos de contribuição previdenciária do servidor em atividade”. (Súmula 49, TJPB)
2. Apenas após o advento da Lei nº 8.923/2009, a Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ passou a ter caráter vencimental, revestindo-se de legalidade os descontos sobre ela incidentes a título de contribuição previdenciária.

VISTO, relatado e discutido o presente procedimento referente à Apelação Cível n.º 0005450-92.2010.815.2001, em que figuram como partes Izaura Gonçalves de Lira e PBPREV – Paraíba Previdência.

ACORDAM os eminentes Desembargadores integrantes da colenda Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, à unanimidade, acompanhando o voto do Relator, em **conhecer da Apelação e dar-lhe provimento**.

VOTO.

Izaura Gonçalves de Lira interpôs **Apelação** contra a Sentença, f. 88/95, prolatada pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca desta Capital, nos autos da Ação Ordinária por ela ajuizada em face da **PBPREV – Paraíba Previdência e do Estado da Paraíba**, que julgou improcedente o pedido de restituição dos descontos realizados a título de contribuição previdenciária sobre a GAJ – Gratificação de Atividade Judiciária.

Em suas razões recursais, f. 96/121, alegou que são indevidos os descontos incidentes sobre a Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ por ele percebida, por se tratar de parcela de natureza *propter laborem*, ou seja, não integrará seus proventos de aposentadoria.

Pugnou pelo provimento do Recurso para que Sentença seja reformada e o pedido julgado procedente, condenando-se os Promovidos, ora Apelados, à devolução dos valores indevidamente descontados a título de contribuição previdenciária sobre a Gratificação de Atividade Judiciária.

Contrarrazoando, f. 124/135, a PBPREV alegou que devem ser observados os princípios da contributividade e da solidariedade para justificar a incidência da contribuição previdenciária sobre a referida GAJ e que ela não se trata de uma vantagem *propter laborem*, visto que é concedida a todos independentemente da função exercida, requerendo, ao final, o desprovimento do Recurso.

A Procuradoria de Justiça emitiu parecer, f. 139/142, opinando pelo provimento parcial do Recurso e reforma da Sentença para julgar parcialmente procedente o pedido exordial.

É o Relatório.

Conheço da Apelação, porquanto presentes os requisitos de admissibilidade.

Este Tribunal de Justiça, por meio da Súmula n.º 48¹, firmou o entendimento de que a obrigação de restituição de contribuição previdenciária recolhida por servidor público ativo ou inativo e por pensionista é concorrente, ou seja, do ente estatal e do órgão previdenciário.

Já a Súmula n.º 49² deste Tribunal de Justiça explicita que “o Estado da Paraíba e os Municípios, conforme o caso, têm legitimidade passiva exclusiva quanto à obrigação de não fazer de abstenção de futuros descontos de contribuição previdenciária do servidor em atividade”.

Tratando-se, portanto, de ação em que se pede a suspensão dos descontos previdenciários e a devolução do indébito tributário, tanto o ente estatal como a PBPREV são partes legítimas para figurarem no polo passivo da ação, **razão pela qual, de ofício, declaro a legitimidade do Estado da Paraíba para figurar no polo passivo da relação processual**, não configurando *reformatio in pejus* nos termos da Súmula n.º 45, do STJ³, por se tratar de matéria de ordem pública,

¹“O Estado da Paraíba e os Municípios, conforme o caso, e as autarquias responsáveis pelo gerenciamento do Regime Próprio de Previdência, têm legitimidade passiva quanto à obrigação de restituição de contribuição previdenciária recolhida por servidor público ativo ou inativo e por pensionista”. (Súmula editada por força da decisão prolatada nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n.º.2000730-32.2013.815.0000, julgado em 19/05/2014, tendo as conclusões do Acórdão sido publicadas no DJ de 23/05/2014).

²(Súmula editada por força da decisão prolatada nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n.º.2000730-32.2013.815.0000, julgado em 19/05/2014, tendo as conclusões do Acórdão sido publicadas no DJ de 23/05/2014).

³ “No Reexame Necessário, é defeso, ao Tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública” (Súmula n.º 45 do STJ).

conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça⁴.

Ao ser instituída pela Lei nº 5.634, de 14 de agosto de 1992, a Gratificação de Atividade Judiciária possuía caráter *propter laborem*, ou seja, era destinada a recompensar uma atividade, um risco ou um ônus do trabalho, o desempenho de uma função específica, motivo pelo qual sobre ela não deveria incidir a contribuição previdenciária.

Com a edição da Lei Estadual 8.923/2009, a referida gratificação ganhou natureza jurídica de remuneração, agora destinada a todos os servidores do Poder Judiciário, com valor linear, diferenciado somente em razão dos cargos de Analista Judiciário, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário, passando a ser incorporada, embora gradualmente, aos vencimentos do servidor, pelo que deve, a partir de então, sobre ela incidir a contribuição previdenciária.

A matéria foi analisada pelo Pleno deste Egrégio Tribunal no Mandado de Segurança nº 999.2009.000.892-4/001, julgado em 24 de fevereiro de 2010, de minha Relatoria, no qual foi enfrentada a questão relativa à natureza jurídica da GAJ que passou a ter caráter vencimental, passando, portanto, a incidir sobre ela a Contribuição Previdenciária, conforme se infere de Julgado deste Tribunal de Justiça⁵.

4 PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 515, § 3º, DO CPC. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. *REFORMATIO IN PEJUS*. INEXISTÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não se cogita a ocorrência de *reformatio in pejus* quando a alteração da sentença, em sede de remessa necessária ou recurso voluntário, se dá em razão de matéria de ordem pública. 2. Agravo regimental não provido (STJ, AgRg no REsp 1261397/MA, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 20/09/2012, publicado no DJe de 03/10/2012).

5PRELIMINAR. LEGITIMIDADE DO ESTADO PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. ENTE RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. SERVIDOR DA ATIVA. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA E DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. ACOLHIMENTO. Detém legitimidade para figurar no polo passivo da demanda aquele que tem poderes para possibilitar o cumprimento do comando debatido nos autos, no que se refere à cessação de desconto previdenciário, principalmente quando se tratar de servidor da ativa. (Precedentes desta Corte). Não há de ser declarada a ilegitimidade do Estado da Paraíba em demanda na qual se pleiteia a suspensão de descontos previdenciários. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PROVIMENTO PARCIAL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO QUANTO À SUSPENSÃO E RESTITUIÇÃO DE DESCONTOS INCIDENTES SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA. IRRESIGNAÇÃO. ALEGAÇÃO DE SER VERBA DE CARÁTER PROPTER LABOREM. EDIÇÃO DA LEI Nº 8.923/09. CONCESSÃO DE FORMA GERAL E LINEAR A TODOS OS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO PARAIBANO. PARCELA REMUNERATÓRIA QUE INTEGRARÁ O BENEFÍCIO DA APOSENTADORIA. MANUTENÇÃO DO DESCONTO PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE ANTES DA CRIAÇÃO DA NORMA REGULAMENTADORA. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRIONAL DE CINCO ANOS, PREVISTO NODECRETO Nº 20.910/32. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUTOR DECAIU EM PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. SUCUMBÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DOS APELADOS. MODIFICAÇÃO, EM PARTE, DA SENTENÇA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA EGRÉGIO TRIBUNAL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. Com a edição da Lei Ordinária Estadual nº 8.923/09, a Gratificação de Atividade Judiciária começou a ser paga de forma linear e universal, passando a existir expressa previsão legal acerca da incorporação dos valores pagos a esse título. - “Art. 1º A Gratificação de Atividade Judiciária a que se referem os parágrafos 1º e 2º, do art. 6º, da Lei nº. 5.634, de 14 de agosto de 1992, paga aos servidores efetivos e celetistas do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, passa a ser nos valores constantes no Anexo Único desta Lei. Parágrafo único. A GAJ, na forma definida neste

Recentemente, quando do julgamento da Remessa Oficial n.º 200.2010.026037-7/001⁶, de Relatoria do Des. João Alves da Silva, esta Quarta Câmara Especializada Cível firmou o entendimento unânime, inclusive com nova mudança de entendimento de minha parte, de que até o advento da Lei Estadual n.º 8.923/2009 a GAJ tinha caráter *propter laborem*, motivo pelo que era indevido o desconto da contribuição previdenciária sobre ela incidente.

Considerando que a presente Ação foi ajuizada em 16 de abril de 2010, f. 02, quando revestidos de legalidade os descontos incidentes sobre a Gratificação de Atividade Judiciária, inviável a determinação para que o Estado da Paraíba proceda a sua suspensão, sendo possível a partir de então, apenas, a restituição dos valores indevidamente descontados, de competência da PBPREV, em observância à Súmula n.º 49, deste Tribunal de Justiça⁷, restando, portanto, prejudicado o pedido neste

artigo, será implantada automaticamente no pagamento de todos os servidores efetivos e celetistas, inclusive daqueles que vierem a ser nomeados, a partir da vigência desta Lei. ” (Art. 1º da Lei n.º 8.923/2009). - Se o servidor passa a incorporar determinada parcela da remuneração ao seu patrimônio, levando-a para a sua inatividade, por ocasião da aposentadoria, deve, em respeito aos princípios da contributividade e da solidariedade, a partir desse momento, recolher aos cofres públicos, a contribuição previdenciária correspondente. A Gratificação de Atividade Judiciária, antes da criação da Lei regulamentadora, possuía caráter “*propter laborem*”, e, segundo entendimentos jurisprudenciais, é vedado o recolhimento de contribuição sobre verbas de tal natureza, desse modo, os descontos, efetuados antes da supracitada norma, devem ser restituídos, respeitado o prazo prescricional de 05(cinco) anos, antes da propositura da ação. - “Se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários” (Art. 21, parágrafo único, do CPC) (TJPB, AC 025.2010.002761-1/001, Primeira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. José Ricardo Porto, DJPB 15/10/2012, Pág. 11).

6 RECURSO OFICIAL N.º 200.2010.026037-7/001 RELATOR: Desembargador João Alves da Silva PROMOVENTE: Francisca Andreza Alves (Adv. Eduardo Monteiro Dantas e outro) PROMOVIDO: PBPREV – Paraíba Previdência (Adv. Francisco Jackson Ferreira e outro) REMETENTE: Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital. RECURSO OFICIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ENTE ESTATAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GAJ. NATUREZA PROPTER LABOREM. VERBA NÃO INCORPORADA AOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA. CARÁTER RETRIBUTIVO. DESCABIMENTO. VIGÊNCIA DE LEI NOVA. TRATAMENTO DIFERENCIADO. GENERALIDADE E DEFINITIVIDADE. POSSIBILIDADE DE DESCONTO. JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DO CTN. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO PAGAMENTO INDEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DA REMESSA. “Detém legitimidade para figurar no polo passivo da demanda aquele que tem poderes e atribuições para possibilitar o cumprimento do comando debatido nos autos, no que se refere a cessação de desconto previdenciário, principalmente quando se tratar de servidor em atividade.” A Gratificação de Atividade Judiciária foi delineada com caráter de verba *propter laborem*, ou seja, o seu pagamento somente encontrava razão de existir enquanto o servidor estivesse desenvolvendo atividade excepcional. Por outro lado, a sua concessão era realizada de forma não linear (valores diversos para servidores do mesmo quadro funcional) e com caráter não universal (nem todos os servidores do Poder Judiciário Paraibano eram contemplados). Sobrevindo normativo que altera a constituição do benefício, recebendo contornos de definitividade e generalidade, se reveste de legalidade o desconto previdenciário. Os juros de mora relativos à restituição de indébito decorrente de contribuição previdenciária têm natureza tributária, pelo que são devidos à razão de 1% ao mês, segundo o art. 161, 1º, do CTN, não se aplicando o art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Com relação à correção monetária, esta deverá incidir a partir dos recolhimentos, aplicando-se o percentual equivalente ao incidente sobre débitos tributários pagos com atraso, em atenção ao princípio da isonomia.[...] ACORDA a Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, dar provimento parcial à remessa, nos termos do voto do relator, integrando a presente decisão a súmula de julgamento de fl. 118. (Publicado no DJE em 10/06/2014).

7 “O Estado da Paraíba e os Municípios, conforme o caso, têm legitimidade passiva exclusiva quanto à obrigação de não fazer de abstenção de futuros descontos de contribuição previdenciária do servidor em atividade”. (Súmula n.º 49, do TJ/PB, editada por força da decisão prolatada nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência n.º.2000730-32.2013.815.0000, julgado em 19/05/2014,

ponto.

Posto isso, conhecido o Apelo, de ofício, determino o retorno do Estado da Paraíba ao polo passivo da relação processual, e, no mérito, dou-lhe provimento para, reformando a Sentença, condenar a PBPREV e o Estado da Paraíba a devolverem à Autora, ora Apelante, os valores recolhidos indevidamente até o advento da Lei nº 8.923/2009 referentes à contribuição previdenciária incidente sobre a GAJ, respeitada a prescrição quinquenal, acrescidos de juros de mora de 0,5% ao mês, desde a data do desconto indevido até 30 de junho de 2009, e, a partir de então, na forma do art. 1º-F, da Lei n.º 9.494/97, e ao pagamento dos honorários advocatícios fixados no valor de R\$ 500,00.

É o voto.

Presidiu o julgamento realizado na Sessão Ordinária desta Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, no dia 24 de fevereiro de 2015, conforme Certidão de julgamento, o Exmo. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, participando do julgamento, além deste Relator, o Exmo. Des. João Alves da Silva e o Dr. Miguel de Britto Lyra Filho (Juiz convocado para substituir o Exmo. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, que se deu por suspeito). Presente à sessão a Exma. Procuradora de Justiça Dra. Marilene de Lima Campos de Carvalho.

Gabinete no TJ/PB em João Pessoa,

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Relator